



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS COM ENFOQUE SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO NA USINA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO, EM RONDÔNIA

EDILSON BACINELLO

Universidade Regional de Blumenau - FURB
edbaci@bol.com.br

DENISE DEL PRÁ NETTO MACHADO

Universidade do Sul de Santa Catarina
profadenisedelpra@gmail.com

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS COM ENFOQUE SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO NA USINA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO, EM RONDÔNIA

RESUMO

A complexa gestão entre os interesses econômicos das empresas e as demandas de ordem social e ambiental na região amazônica, originou o surgimento de Programas de Compensação Socioambiental (PCSA), tal como pode ser percebido na Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) de Santo Antônio, em Rondônia. Esse estudo busca verificar o discurso empresarial, em contraponto com a opinião dos moradores remanejados para Vila de Teotônio, sobre os principais PCSA desenvolvidos na região, para atendimento a proposta sustentável do empreendimento. O método utilizado foi a análise do discurso como subsídio a análise qualitativa dos dados. Demonstrou que as informações emitidas nos relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem o Consórcio Santo Antônio Energia (SAESA), indicam o compromisso socioambiental em diversas áreas, tal como preconiza o Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Por sua vez, na opinião dos moradores da Vila de Teotônio, a SAESA atende parcialmente suas propostas socioambientais deixando de divulgar os reais impactos gerados pelo empreendimento na região. Para que haja credibilidade acerca das declarações socioambientais, as empresas devem investigar, *in loco*, se suas propostas apresentam resultados satisfatórios.

Palavras-chave: Programas Socioambientais, Políticas Públicas, Sustentabilidade, Rondônia.

SOCIOENVIRONMENTAL PROGRAMS WITH SUSTAINABLE APPROACH: A STUDY ON PLANT DAM OF SAINT ANTHONY, IN RONDÔNIA

ABSTRACT

The complex management between the economic interests of business and the demands of social and environmental concerns in the Amazon region, originated the emergence of Socioenvironmental Compensation Programs (PCSA), as can be seen in Hydroelectric Power Plant (HPP) of St. Anthony, in Rondônia. This study aims to verify the business address as opposed to the views of residents relocated to Teotônio Village, on the main PCSA developed in the region, to serve the sustainable development of the proposal. The method used was discourse analysis as support qualitative data analysis. It demonstrated that the information issued in the sustainability reports of the companies comprising the Consortium Santo Antônio Energia (SAESA), indicate the social and environmental commitment in several areas, such as recommended by the Environmental Impact Assessment (EIA). In turn, in the opinion of the residents of Teotônio Village, the SAESA partially meets its environmental proposals failing to disclose the real impacts generated by the project in the region. In order to have credibility concerning the environmental statements, companies must investigate on the spot, if their proposals have satisfactory results.

Keywords: Socioenvironmental Programs, Public Policy, Sustainability, Rondônia.

1. INTRODUÇÃO

A região amazônica tem sido palco de grandes empreendimentos hidrelétricos face a necessidade de fontes limpas para geração de energia. Essas barragens provocam impactos sobre as populações locais e representam um importante componente que deve ser equilibrado no processo de tomada de decisão, o que está longe de ser alcançado (FEARNSIDE, 2014). Cardoso e Muller (1978) complementam que a região utilizou um crescimento baseado no trabalho explorador e concentrador de rendas, mostrando não trazer melhorias para a população, nem corrigir distorções de várias ordens.

Dentre as obras em andamento, tem-se a UHE de Santo Antônio, em Porto Velho - Rondônia, a qual está sendo construída por um consórcio de empresas, denominado “Santo Antônio Energia” (SAESA) que busca desenvolver iniciativas para reduzir os impactos econômicos e socioambientais gerados na região. Uma dessas iniciativas, está na utilização de turbinas do tipo bulbo, “usadas nas usinas fio d’água por ser indicada para baixas quedas e altas vazões” (Anell, 2014, p. 50).

Outras diversas atitudes podem ser expressas através dos PCSA que, além de visar reduzir os impactos regionais, atendem a Resolução 01/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Savitz e Weber (2006) tratam que a responsabilidade social empresarial nas vertentes econômicas, sociais e ambientais, depende das pessoas, do planeta e do lucro para inserção da proposta sustentável (Sachs, 2008; Baroni, 1992) nas políticas organizacionais.

De acordo com Sen (2013), é necessário perceber que termo sustentabilidade está incompleto, enquanto uma grande melhoria. Segundo o autor, há motivos importantes que devem ser destacados para um visão orientada a liberdade, enfocando pessoas livres que possam atender suas necessidades mas também a liberdade de definir e perseguir suas próprias metas, objetivos e compromissos.

No contexto sustentável, as metas e objetivos das pessoas devem procurar se integrar as metas e objetivos das empresas, analisando responsabilidades (Sachs, 2008). Segundo o IBGC (2009), um dos mecanismos que permitem essa integração pode ser expresso nos relatórios de sustentabilidade empresariais, onde se demonstra o comprometimento empresarial com as causas socioambientais. Um outro elemento pode ser expresso através da Governança Corporativa, a qual oportuniza o alinhamento desses fatores com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, acesso a recursos e contribuição para sua longevidade.

Analisar as informações relatadas pelas empresas sobre seu comprometimento com a longevidade, passa, assim, a ser ponto fundamental para avaliação da sustentabilidade. Nesse contexto, a questão que irá nortear essa pesquisa será investigar: qual opinião dos moradores da Vila de Teotônio sobre os principais PCSA declarados pelas empresas integrantes da SAESA para atendimento a proposta sustentável da UHE de Santo Antônio? Assim, o objetivo desse estudo é verificar a opinião dos moradores da Vila de Teotônio sobre os principais programas declarados pelas empresas integrantes da SAESA para atendimento a proposta sustentável da UHE de Santo Antônio.

Diante do exposto, o presente trabalho se justifica no sentido demonstrar o discurso empresarial expresso em seus relatórios da administração e/ou de sustentabilidade, frente as demandas e necessidades socioambientais (Resolução CONAMA 01/86) na região amazônica, em contraponto com a opinião dos moradores que estejam diretamente envolvidos com os impactos (Fearnside, 2014) gerados na localidade. Assim, essa pesquisa difere das demais, no sentido de trazer à tona a responsabilidade (Savitz e Weber, 2006) dos PCSA

desenvolvidos, buscando investigar a opinião dos principais impactados pelo empreendimento, haja visto que, na maior parte das vezes, as informações são baseadas nos dados emitidos pelas empresas, com enfoque sustentável (Sachs, 2008; Baroni, 1992) como forma de otimizar o valor da organização (IBGC, 2009) sem que sejam efetivamente comprovadas em campo.

O estudo está estruturado por esta introdução e mais quatro seções. Na seção 2, é feita uma revisão da literatura sobre os tópicos referentes ao desenvolvimento sustentável seguido das políticas públicas socioambientais e por fim a governança corporativa. A seção 3 consiste na apresentação dos procedimentos metodológicos adotados. Na seção 4 serão apresentados os resultados e discussão sobre o objeto de estudo. Por fim, a seção 5 são apresentadas as considerações finais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Nesse capítulo será feita uma revisão teórica sobre o conceito de desenvolvimento sustentável na perspectiva geral e no enfoque empresarial, políticas públicas socioambientais e governança corporativa,

2.1 O Desenvolvimento Sustentável

De acordo com Bresser Pereira (2003), o desenvolvimento é um processo de transformação global que visa de modo mais direto o crescimento do padrão de vida da população. Para o autor, é por isso que, geralmente, a expressão “desenvolvimento econômico” é usada como sinônimo de desenvolvimento, no qual o aspecto econômico é preponderante, mas, no setor político, pode transformar-se no foco dinâmico de desenvolvimento.

Para compreensão da vinculação entre o crescimento econômico e o meio ambiente são necessários conhecimentos em pelo menos três âmbitos: a) o dos comportamentos humanos, econômicos e sociais, que são objeto da teoria econômica e das demais ciências sociais; b) o da evolução da natureza, que é objeto das ciências biológicas, físicas e químicas; c) o da configuração social do território, que é objeto da geografia humana, das ciências regionais e da organização do espaço (VEIGA, 2010).

O Conceito de Desenvolvimento é amplo e está fundado em critérios de sustentabilidade social e ambiental e na viabilidade econômica, apenas devendo ser consideráveis nesse escopo aqueles projetos que busquem soluções para reduzir a pobreza e as desigualdades sociais (Munasinghe, 1993), bem como previnam a exploração excessiva dos recursos naturais e outros danos ao ecossistema (SACHS, 2008, p. 36).

O desenvolvimento sustentável expressa valores ou crenças em termos de bondade e conveniência ou, inversamente, em termos de maldade ou evasão que invocam sentimentos e comportamentos dos indivíduos e sociedades (ROBERT, PARRIS e LEISEROWITZ, 2012). A incorporação do adjetivo sustentável a ideia tradicional do desenvolvimento, reconhece implicitamente que este não foi capaz de aumentar o bem-estar e reduzir a pobreza (Baroni, 1992) como é sua proposta.

Radermacher (1999), expressa um conceito mais amplo de sustentabilidade, indicando que sua definição deveria incluir os seguintes elementos: a) a globalização, b) um longo período de tempo (uma vez que as consequências ambientais são de caráter de longo prazo), d) efeitos externos, e) política ambiental, f) a abordagem "do berço ao túmulo".

Para ser sustentável, deve-se limitar a escala humana dentro da capacidade de carga do capital natural remanescente e, quando ela for atingida, o principal enfoque deve ser o de

melhorar o "padrão de vida" das pessoas (CONSTANZA e DALY, 1992). Para os autores, a sustentabilidade deve lidar com suficiência, bem como a eficiência e não pode evitar a limitação da escala física.

As externalidades da sustentabilidade tem características atraentes indicando que é um termo incompleto e, quando isso acontece, é necessário ver os seres humanos como agentes que podem pensar e agir, não apenas como pacientes que tem necessidades mas como qualquer extensão plausível que se pretenda propor (SEN, 2013). Para o autor, o dilema da insustentabilidade também está relacionado a natureza do problema e sua apreciação necessita de meios e formas mais completos para análise da humanidade como um todo.

Nesse contexto, a análise da sustentabilidade (Sen, 2013; Radermacher, 1999) deve executar ações inerentes ao bem estar das pessoas aliado a utilização sustentável dos recursos disponíveis. Essas ações inserem-se na complexidade dos sistemas e devem ser utilizados pelas empresas, através de seus relatórios de sustentabilidade nos quais podem expressar suas ações socioambientais.

2.2 A Sustentabilidade no Enfoque Empresarial

Como forma de evidenciar o comprometimento das organizações com as causas socioambientais, foram desenvolvidos os relatórios de gestão empresarial, destacando-se, dentre outros, o Balanço Social (BS), O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o *Global Reporting Initiative* (GRI).

De acordo com Kroetz (2000), o BS é uma demonstração endereçada a sociedade, reunindo dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas desenvolvidas pelas empresas acerca de sua relação com o ambiente, podendo ser utilizada como instrumento de controle e auxílio a tomada de decisões, sendo, assim, uma ferramenta de controle gerencial. O autor menciona que embora o BS seja uma importante ferramenta, vem tendo sua utilização reduzida pela substituição por outros tipos de relatórios.

O ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro (BM&FBOVESPA, 2015). Esse relatório é uma ferramenta para análise comparativa do desempenho das empresas listadas na Bolsa de Valores sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Também amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade (Sen, 2013; Radermacher, 1999), diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável (Robert, Parris e Leiserowitz, 2012), equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas.

Por sua vez, o GRI é considerado um dos relatórios de sustentabilidade mais completos utilizados pelas empresas, consistindo em:

Auxiliar as organizações a estabelecer metas, aferir seu desempenho e gerir mudanças com vistas a tornar suas operações mais sustentáveis. O relatório, portanto, é um primeiro passo vital para a gestão da mudança para uma economia global sustentável, promovendo a transparência e compreensão clara dos esforços nacionais de desenvolvimento sustentável (GRI, 2015).

O GRI foi criado para proporcionar uma "linguagem comum" que pudesse ser aplicada por todos os tipos de organizações, usando como referência um grande número de

acordos e normas internacionais, visando o fornecimento de diretrizes sobre padrões de sustentabilidade (Sen, 2013; Radermacher, 1999) e, representa um primeiro passo vital para a gestão de mudança em uma economia global sustentável, promovendo a transparência e compreensão clara dos esforços de desenvolvimento sustentável (GRI, 2015).

Relatórios de sustentabilidade divulgam informações sobre os impactos de uma organização, positivos ou negativos, sobre o meio ambiente, a sociedade e a economia (GRI, 2015). Assim, eles ajudam as organizações a compreender e gerir melhor os efeitos do desenvolvimento da sustentabilidade sobre suas atividades e estratégias tal como preconizado nas políticas socioambientais.

2.3 Políticas Públicas Socioambientais

As políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável (Robert, Parris e Leiserowitz, 2012), buscam mecanismos voltados ao controle dos impactos provenientes das atividades empresarias. Dentre as principais políticas para contenção dos impactos ambientais tem-se a Resolução 01/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que normatiza as diretrizes de elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

De acordo com a Resolução, o EIA é o exame necessário para o licenciamento de empreendimentos com significativo impacto ambiental, devendo ser elaborado por equipe multidisciplinar e contemplará todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, relacionando-as com as hipóteses de sua não execução, identificando e avaliando de forma sistemática os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação, definindo os limites da área geográfica a ser afetada, denominada de área de influência do projeto. Por sua vez, o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) deve traduzir de forma acessível às vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências de sua operação, constantes no EIA.

A Resolução CONAMA 06/87, estabelece as regras para o licenciamento ambiental de obras de grande porte, especialmente aquelas nas quais a União tenha interesse relevante como a geração de energia elétrica, no intuito de harmonizar conceitos e linguagem entre os diversos intervenientes no processo. Dentre as exigências da Resolução, as concessionárias devem prestar informações técnicas sobre os empreendimentos, supervisionado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), onde devem ser estabelecidas etapas e especificações adequadas às características dos projetos. No caso de usinas termoeletricas, a Licença Prévia (LP) deverá ser requerida no início do estudo de viabilidade; a Licença de Instalação (LI) antes do início da efetiva implantação do empreendimento e a Licença de Operação (LO) depois dos testes realizados e antes da efetiva geração comercial de energia da usina.

Ainda, de acordo com a Resolução 06/87, Art. 9º, o estudo de impacto ambiental, a preparação do RIMA e o detalhamento dos aspectos ambientais julgados relevantes a serem desenvolvidos nas várias fases do licenciamento, inclusive o programa de acompanhamento e monitoragem dos impactos, serão acompanhados por técnicos designados para este fim pelo(s) órgão(s) estadual (ais) competente(s).

A Lei 6.938/81, em seu Art. 2º, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente que objetiva a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Dentre seus princípios estão:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

- II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- VIII - recuperação de áreas degradadas;
- IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, capacitando-a para participação ativa na defesa do meio ambiente.

No que se refere às políticas sociais, Campos (2001, p.13) relata que “são conjunto de ações públicas, governamentais ou não, destinadas à satisfação de necessidades coletivas. Estas ações públicas integram o elenco de estratégias utilizadas pelo Estado com vistas à reprodução da força de trabalho e a preservação de ordem socioeconômica e política vigente”.

As políticas públicas voltadas as questões socioambientais (Resolução Conama 001/86 e 06/87; Lei 6.938/81; Campos 2001) devem ser regulamentadas por mecanismos que permitam o enfoque da sustentabilidade num contexto contestado mais amplo. Nessa perspectiva, a Governança Corporativa indica princípios a serem seguidos pelas organizações, inserindo a perspectiva do *stakeholders* no contexto da sustentabilidade.

2.4 Governança Corporativa

O termo “Governança Corporativa” vem da expressão inglesa *Corporate Governance* e, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (1999), representa o conjunto de relações entre a administração de uma empresa, conselho administrativo, acionistas e outras partes interessadas. Os princípios de Governança da OCDE englobam as práticas de um sistema de gestão, porém, cabe a cada organização buscar adaptar a série de mecanismos (La Porta, Silanez e Schleifer, 1999) que melhor atendam às suas necessidades.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC (2009, p. 19), “a Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle”. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade. Os princípios básicos de Governança Corporativa podem ser assim definidos:

| Princípios | Definições |
|---|--|
| Transparência | Disponibilizar aos <i>stakeholders</i> as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos [...] resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações da empresa com terceiros, não se restringindo ao desempenho econômico-financeiro, mas também aos demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e conduzem à criação de valor. |
| Equidade | Tratamento justo de todos os sócios e demais <i>stakeholders</i> . Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, são totalmente inaceitáveis. |
| Prestação de Contas (<i>accountability</i>) | Os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões. |
| Responsabilidade Corporativa | Os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade das organizações, visando à sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações. |

Quadro 2: Princípios básicos de Governança Corporativa.

Fonte: IBGC (2009, p.19).

Para buscar a viabilidade e a longevidade da organização, o Conselho de Administração deve incorporar e assegurar-se de que a diretoria também incorpore considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e das operações (IBGC,2009), cabendo ao Conselho orientar o processo de definição das ferramentas e os indicadores de gestão, inclusive remuneração, de modo a vincular os temas da sustentabilidade as escolhas estratégicas e refleti-los nos relatórios periódicos.

Um modelo de Governança Corporativa, para ser eficaz, deve buscar adequar premissas caracterizadas como funções-objetos, relacionadas ao objetivo da empresa, aos interesses que devem ser geridos, aos critérios para tomada de decisão e a avaliação de desempenho, buscando aliar os diversos interesses conflitantes nas corporações (SILVEIRA, 2004). Segundo o autor, a escolha da função-objetivo depende de três dimensões principais: dimensão sociedade, focada na geração de bem estar social a sociedade; dimensão empresa, focada em como tornar a empresa mais eficiente e produtiva; e a dimensão profissional, focada em definir quais e como os executivos e conselheiros devem tomar decisões.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, de cunho qualitativo, pautar-se-á no método do estudo de caso com a abordagem da análise de conteúdo. Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos vividos por certos grupos sociais (RICHARDSON, 1985, p. 39).

Para Yin (2005), o estudo de caso se refere à forma de se fazer pesquisa investigativa referente a fenômenos atuais dentro de seu contexto real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e sua real situação não estejam claramente estabelecidos.

Bardin (1977, p.42) a define a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas destas mensagens).

Os procedimentos previstos pelo método se basearam na revisão da literatura como forma de adquirir subsídios para análise, evidenciação e síntese dos dados apresentados nos resultados da pesquisa. Para tal, foram seguidos os seguintes passos:

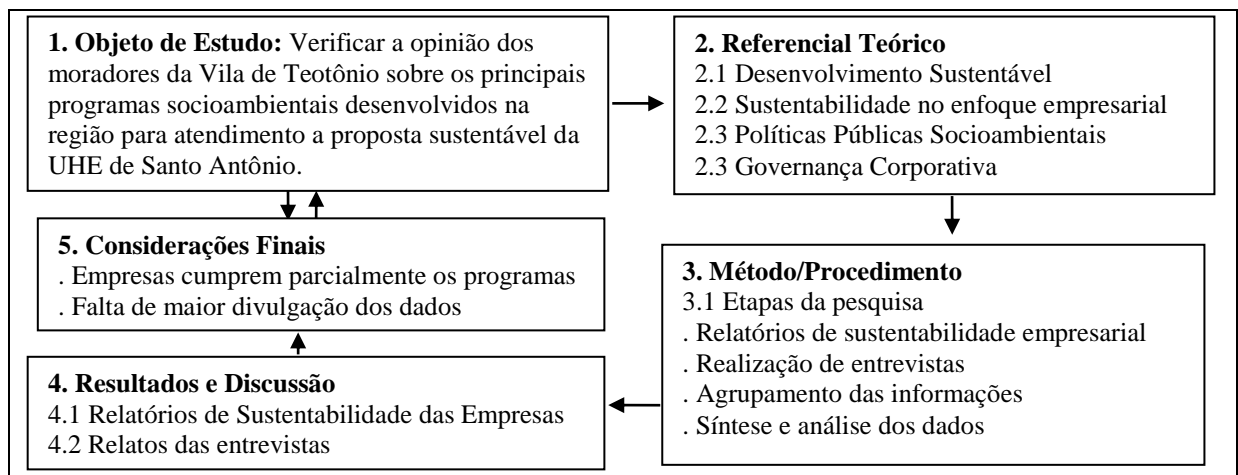


Figura 1: Diagrama do processo de pesquisa

Fonte: Autores

3.1 Etapas da pesquisa

A pesquisa foi constituída de três etapas. Na primeira foram analisados os relatórios de sustentabilidade e da administração utilizados pelas empresas participantes do consórcio SAESA, como também nas informações divulgadas através do site da SAESA, entre os anos de 2008 (data do início das obras) até 2014. Essas análises tiveram o intuito de verificar o comprometimento das empresas com as questões socioambientais.

Na segunda etapa, foram selecionadas as principais informações obtidas nos relatórios acerca dos principais programas socioambientais desenvolvidos na região para elaboração do guia de entrevistas na comunidade, consistindo na entrevista de vinte líderes/representantes da comunidade (quatorze que residem na Nova Vila de Teotônio e seis que se deslocaram para outras localidades). De acordo com Bauer e Gaskell (2013), a amostra ideal para cada pesquisador deve ter como limite algo entre 15 e 25 entrevistados individuais.

Destaca-se que antes da realização das entrevistas, foram apresentadas aos entrevistados as informações declaradas pelas empresas sobre os programas socioambientais desenvolvidos, como forma de verificar possíveis concordâncias ou divergências na opinião dos entrevistados.

A terceira etapa consistiu na codificação das informações (Bauer e Gaskell, 2013) mais abordados em campo para destaque literal dos relatos, conforme premissa das técnicas da análise do discurso, como forma de investigar se, a opinião dos entrevistados converge ou não com o discurso utilizado pelo consórcio SAESA. Para Van Dijk (1996, p.122) é plausível que as formas estruturais e os sentidos globais de um texto informativo ou noticioso não sejam arbitrárias, mas o resultado de hábitos sociais e profissionais podem influenciar o público a que se destina.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados, a seguir, demonstram como as empresas expressam seu comprometimento socioambiental, seguidos dos relatos obtidos em campo com base em entrevistas realizadas entre 25/07/2015 a 30/07/2015.

4.1 Relatórios de Sustentabilidade das Empresas

De acordo com dados obtidos no relatório de sustentabilidade das Centrais Elétricas de Minas Gerais – Cemig (2014), a SAESA é formada pelas participações societárias das empresas Furnas com 39%, Caixa FIP 20%, Norberto Odebrecht 18,6%, Construtora Andrade Gutierrez 12,4% e Cemig 10%.

Os relatórios de sustentabilidade analisados entre 2008 a 2014 compreenderam o total de 26 (sete da Caixa FIP, sete da Odebrecht, sete da CEMIG, cinco de Furnas). Destaca-se o fato de não terem sido localizados os relatórios da Construtora Andrade Gutierrez e que dentre as empresas, nenhuma utiliza o ISE e apenas a Odebrecht não utiliza o GRI.

Na análise dos relatórios de sustentabilidade percebeu-se que as empresas demonstram, de forma geral, um compromisso com as causas socioambientais em suas diversas obras, não declarando investimentos e/ou programas isolados por região, com exceção de Furnas e Caixa FIP que indicaram os programas socioambientais desenvolvidos em várias regiões e seu compromisso com a sustentabilidade.

Nos relatórios da Cemig constam as construções de casas nas adjacências da UHE de Santo Antônio para reassentamento das populações remanejadas, incluindo serviços de água e saneamento, saúde, educação, segurança e lazer. É mencionado o Projeto de Conservação e

Resgate da Fauna, Conservação da Ictiofauna e também, assim como relatado pela Odebrecht, o Programa Acreditar (formação de profissionais).

Por fim, nos relatórios da Odebrecht é evidenciado o maior número de notas máximas obtidas no IHA (*International Hydropower Association*), uma organização sem fins lucrativos, fundada há quase vinte anos com suporte da Unesco, que mede a sustentabilidade de empreendimentos hidrelétricos.

No site da SAESA (2015) encontrou-se uma vasta gama de informações sobre os projetos socioambientais, destacando que:

Em benefício do meio ambiente, do desenvolvimento econômico e da qualidade de vida população, os 28 projetos socioambientais estão distribuídos: socioeconômico (foco na comunidade); físico (solo, clima, lençol freático e sedimentos); biótico (flora e fauna, qualidade da água, supressão da vegetação e resgate da fauna); e gerenciais (interior do canteiro de obras).

A partir dessas afirmações, optou-se em destacar qual dos programas desenvolvidos possuíam maior relação direta com os moradores entrevistados. Foram assim selecionados o Programa de Acompanhamento dos Direitos Minerários e Atividades Garimpeiras, Programa de Compensação Ambiental, Programa de Remanejamento da População Atingida, Programas de Compensação Social, Programa de Apoio as Atividades de Lazer e Turismo e o Programa de Recuperação da Infraestrutura Afetada.

No que refere ao Programa de Acompanhamento dos Direitos Minerários e Atividades Garimpeiras a SAESA relata:

Iniciado em 2011, o programa busca apoiar os garimpeiros cujas atividades sofreram impacto do enchimento do reservatório. Seu público alvo é composto por trabalhadores que desenvolvem três modalidades diferentes de exploração do ouro: dragas, balsas e garimpos manuais. Além disso, abrange a mineração de outros minerais em diferentes fases de evolução [...] Também para este período é esperada a obtenção, junto ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), do bloqueio definitivo dos processos de mineração na área afetada pelo reservatório.

Quanto ao Programa de Compensação Ambiental, “a Santo Antônio Energia comprometeu-se a investir R\$56 milhões em compensação ambiental. Estes recursos serão aplicados em Unidades de Conservação Federal, Estadual e Municipal”.

As falas referentes ao Programa de Remanejamento da População Atingida indicam, segundo a SAESA (2015) que:

Estes núcleos foram projetados com base em critérios que privilegiam a segurança, manutenção da atividade econômica e qualidade de vida, definidos em conjunto com os novos moradores. São dotados de obras de infraestrutura, como rede de esgoto básico, energia elétrica e vias pavimentadas, além de instalações como salão comunitário, escolas e posto de saúde [...] tendo 72 casas na Vila de Teotônio.

Nos Programas de Compensação Social a empresa divulga que foram desenvolvidas diversas ações distribuídas nas áreas de saúde, educação, segurança pública, planos e projetos, saneamento e infraestrutura, porém relata que “Uma série de iniciativas permitiu a melhoria dos serviços públicos em Porto Velho e municípios limdeiros à hidrelétrica Santo Antônio”.

Quanto ao Programa de Apoio as Atividades de Lazer e Turismo, a SAESA (2015) traz:

Os reassentamentos de Vila Nova de Teotônio e Parque dos Buritis, ambos à montante da barragem, nasceram com vocações bastante definidas: turismo e lazer, respectivamente. Entre janeiro de 2012 e maio de 2014, a Santo Antônio Energia encarregou-se de elaborar planos de ação e capacitar as duas comunidades para o exercício destas atividades, de forma a gerar empregos e renda para seus habitantes.

Por fim, o Programa de Recuperação da Infraestrutura Afetada indica que as ações “garantiram a continuidade da circulação de veículos pela BR-364 [...] e o acesso às propriedades rurais do entorno [...] a Santo Antônio Energia construiu ou implantou melhorias em 13 estradas vicinais”.

4.2 Relatos das Entrevistas

Como forma de identificar as principais opiniões colhidas nas entrevistas, procedeu-se a realização da codificação das informações. Essa técnica consiste na análise das transcrições para realçar, ou selecionar, as afirmações ou os termos que tiveram maior incidência nos relatos analisados (BAUER E GASKELL, 2013).

No que se refere ao Programa de Acompanhamento dos Direitos Minerários e Atividades Garimpeiras os entrevistados, de forma geral, apontam que a empresa tinha assumido o compromisso de auxiliar essas atividades, porém, como no próprio relatório colhido da SAESA, percebe-se a afirmação de que “é esperada a obtenção, junto ao DNPM, do bloqueio definitivo dos processos de mineração na área afetada pelo reservatório”. Essa afirmação é percebida pelos moradores entrevistados através dos seguintes relatos:

A ideia da firma era acabar com o garimpo por aqui e isso já aconteceu porque ninguém mais trabalha com isso por aqui. Antes tinha um monte de balsa e draga trabalhando e isso dava emprego pra gente, tinha chance de vender peixe e carne pros garimpeiro, levava e trazia coisas pra eles que também ajudava a gente quando precisava. O garimpo dava vida pra cá e agora tá essa tristeza que você tá vendo aí (Entrevistado 6 em 25/07/2015).

Quanto aos Programas de Compensação Ambiental, os moradores apontam que a SAESA faz constantes vistorias na região pra ver o comportamento do rio, verificando a qualidade da água e analisando a frequência de chuvas como forma de verificar o que mudou a partir da construção da barragem (Entrevistados 1, 4 e 7 em 25/07/2015). Indicam que essas informações são controladas pela empresa e que para saber o que realmente mudou é necessário que seja transcorrido um longo intervalo de tempo. Nas falas dos moradores foi possível perceber que os relatos da empresa não condizem totalmente com a realidade vivida por eles e que suas opiniões nunca foram investigadas (Entrevistados 2, 3, 8 e 12 em 25/07/2015 e 16, 17 e 20 em 30/07/2015). Nas entrevistas foi possível identificar nas falas que:

Foi feito um bocado de estudo por aqui mas a gente não sabe bem no que deu. Sei que a firma andou pegando um bocado de bichos que foram ficando no alagado... O que a gente sabe é o que eles falam aqui mas só sei que o barranco do rio sumiu e que teve um bocado de enchente depois dessa usina ter vindo pra cá e por isso acho que eles falam o que é interessante pra eles. Sei que o rio nunca mais vai dar aquela limpada que deixava a água clarinha e pra mim o barro vai entupir essas turbina com o tempo (Entrevistado 14 em 25/07/2015).

Foi avisado para as pessoas que ia mudar bastante coisa por aqui, mas que ia ser bem menor do que em outros lugares e pra isso os programas ambientais iriam ajudar nessa redução. Acho que mesmo mudando algumas coisas a natureza vai se virando e dando o seu jeito. Adianta reclamar do que já foi feito? Tinha que ter cobrado antes e agora não adianta mais (Entrevistado 9 em 25/07/2015).

No tocante aos Programas de Compensação Social, os moradores apontam o fato de terem recebido indenizações de suas antigas moradias, talvez não no valor que muitos desejavam (Entrevistados 6, 7, 9 e 12 em 25/07/2015). Relatam que tinham a opção de adquirir uma casa na Vila de Teotônio, algo em torno de R\$95.000,00, ou receber integralmente o dinheiro, R\$110.000,00 em média, variando conforme as edificações de suas

antigas casas e/ou resistência de alguns frente aos valores oferecidos, para fazerem o que quisessem (Entrevistados 3 e 11 em 25/07/2015).

Os entrevistados indicaram que algumas pessoas optaram por pegar o dinheiro e comprar uma casa em Porto Velho, mas na época os valores se encontravam tão inflacionados que alguns não puderam comprar a casa e acabaram gastando os valores (Entrevistados 4, 5 e 13 em 25/07/2015). Indicam também que as casas de alvenaria são melhores do que boa parte das antigas moradias, porém não são tão boas assim. Possuem agora posto de saúde, escola, luz e água, porém a dificuldade de ofertas de trabalho tornam esses benefícios pouco relevantes (Entrevistados 3, 7, 12 em 25/07/2015 e entrevistados 15, 16 e 18 em 30/07/2015).

Nas narrativas dos moradores entrevistados percebeu-se que ocorrem opiniões divergentes das pessoas sobre o impacto das ações empresariais realizadas na região, ou seja, na maior parte das vezes os entrevistados acreditam os impactos são maiores do que os divulgados. Foram obtidos em alguns relatos:

Foi feito uns projeto por aqui mas quem vai arrumar serviço pra gente? O posto de saúde tá aí mais falta médico pra atender a gente. A vila foi feita mais a gente tá meio abandonado. Tem escola, mas tenho dois filhos que têm com estudo mais alto e tem que ir pra cidade. A pesca que meu marido tinha pra ganhar a vida já não tem mais e ele trabalha na cidade de ajudante de pedreiro pra trazer o pão pra casa (Entrevistado 2 em 25/07/2015).

Os projeto que foi feito por aqui foi só no começo pra tirar a gente de nossa casa onde morava. Todo mundo sabia que era só pra cumprir tabela só que a vontade de pegar o dinheiro da indenização era grande achando que tava fazendo um grande negócio que o pessoal foi pegando que oferecero. Eu peguei porque todo mundo pego mais bati o pé e me pagaro bem melhor que os outros. Eu sabia que ia ter que sair de qualquer jeito mesmo porque os “peixe grande” faz as coisa acontecer mesmo só que ia ter que convencer a gente pra sair. A gente tinha era que ter cobrado mais coisa pra cá em vez de aceitar o que foro dando (Entrevistado 6 em 25/07/2015).

Por outro lado, é também possível perceber que, na opinião de algumas pessoas, a empresa seguiu as normas e regulamentações que eram previstas, porém as pessoas tendem a reclamar de tudo e nunca estão satisfeitas (Entrevistados 18 e 19 em 30/07/2015). Em um dos relatos foi mencionado que “a gente não pode sonhar e pensar que a empresa vai atender a todas nossas vontades [...] Os projetos foram criados porém as pessoas não sabem ver isso e ficam achando tudo ruim porque ficam esperando que a firma vai sempre ajudar” (Entrevistado 10 em 25/07/2015).

Quanto ao Programa de apoio às atividades de lazer e turismo os moradores enfatizam que as promessas feitas pela empresa não foram cumpridas e que se eles fossem depender disso pra viver estariam em sérios apuros (Entrevistados 7, 11 e 14 em 25/07/2015). Dentre os relatos colhidos tem-se “eu queria que viesse algum ... pra dizer que a gente tem algum tipo de turismo por aqui. O lazer só se fosse da pesca mais até isso tá difícil por aqui... o que sobra pra gente é tomar umas cachaça no fim de semana quando o dinheiro dá” (Entrevistado 5 em 25/07/2015).

Pra mim não tem lazer e turismo e nunca mais vai ter [...] quando tinha a cachoeira era muito bonito ver o rio e as pessoas vinham pescar e se divertir. Agora com esse alagadão danado ninguém vem pra cá. Pra ter turismo por aqui tinha que ajeitar muita coisa e isso a gente sabe que não vai acontecer (Entrevistado 8 em 25/07/2015).

Por fim, no tocante ao Programa de recuperação da infraestrutura afetada foi possível perceber uma forte insatisfação com a estrada de acesso a Vila pelo fato de ter sido desviada e

umentada em cerca de 10 km além da falta de manutenção recente que causa dificuldade de acesso ao local (Entrevistados 2, 4, 5, 8 e 11 em 25/07/2015).

Dentre as observações feitas pelos entrevistados foi relatado que “vem pouca gente pra cá ainda mais depois de alguns assaltos que tiveram na estrada. Tem um carro que vem trazer mercadoria pra cá que tá vindo até com segurança” (Entrevistados 6 e 9 em 25/07/2015).

Eu acho que pra maioria das pessoas acabou sendo um bom negócio a chegada da usina. Todo mundo recebeu um dinheirinho e aceitou tudo que o pessoal falou. A firma continua pagando mais de R\$1.000,00 por mês pra maioria das famílias e o pessoal reclama muito porque quer mais dinheiro. A beleza da natureza que a gente via antes acabou e pra mim não tem como compensar minhas plantaço de melancia e melão na beira do rio que fazia desde criança. Agora a gente só vê água que deixa o rio sempre cheio no verão e no inverno (Entrevistado 11 em 25/07/2015).

4.3 Discussão

Nas análises dos relatórios das empresas, principalmente nas informações prestadas pela SAESA, foi possível perceber que, desde a implantação da obra, buscou-se conscientizar os moradores sobre os possíveis impactos (Resolução Conama 01/86 e 06/87) que iriam ocorrer. Mesmo ocorrendo uma sensível redução dos impactos negativos pela utilização de um sistema inovador de turbinas do tipo bulbo (Aneel, 2014) seria formado um reservatório que alcançaria as residências das margens do rio. Como forma de compensar esses impactos as pessoas seriam indenizadas e realojadas para uma “Vila Projetada” que iria oferecer melhor qualidade de vida (Cardoso e Muller, 1978; Sen, 2003; Bresser Pereira, 2003) das pessoas.

Após várias observações pessoais feitas pelos entrevistados, foi possível perceber que eles reconhecem o empenho da empresa em tentar compensar os impactos (GRI, 2015; Savitz e Weber, 2006; Veiga, 2010; Barbieri, 2004), mas dizem que, boa parte disso, se deve ao atendimento das políticas socioambientais regionais (Resolução Conama 01/86 e 06/87; Lei 6.938/81), que se não forem cumpridas iriam impedir a realização da obra. Demonstram também uma insatisfação com o que se relaciona a melhoria na qualidade de vida (Cardoso e Muller, 1978; Sen, 2013) que, para eles, compreenderia alternativas de renda (Fearnside, 2014) para manutenção de seus gastos, embora, por enquanto, estejam recebendo uma mensalidade da SAESA. Os entrevistados indicam uma questão importante a ser analisada: “como vamos ficar quando a empresa deixar de pagar esse dinheiro pra gente?”

Outro fator importante destacado é que no início do projeto percebia-se a presença efetiva de responsáveis da empresa que buscavam destacar as etapas que iriam seguir e, que, quanto maior o tempo decorrido, mais ausente a empresa se faz na região. Questionam a necessidade de maior detalhamento e divulgação das políticas sociais (IBGC, 2009; Campos, 2001) por parte da empresa sobre seu papel na localidade no tocante a efetividade dos programas desenvolvidos na região, pois boa parte dos mesmos buscaram atender principalmente a capital e outras cidades do Estado, não priorizando as famílias que residiam nas proximidades do empreendimento as quais podem ser consideradas como as mais impactadas (Sachs, 2008; Baroni, 1992) pela obra.

A imagem de não provocar impactos relevantes (Resolução Conama 01/86 e 06/87; GRI, 2015) ao meio ambiente é um pouco duvidosa e discute-se o fato de haver uma possível relação entre as recentes cheias do rio madeira e o represamento feito pelas hidrelétricas. Tem-se percebido uma inundação nunca vista antes na região, cobrindo partes da BR 364 e causando enormes prejuízos aos Estados de Rondônia e Acre.

Para os entrevistados seria importante a verificação desses fatos para que sejam feitos estudos complementares que indiquem a real abrangência desses impactos (Resolução

Conama 01/86; GRI, 2013), uma vez que o projeto inicial já sofreu alterações de ampliação na cota de represamento.

Dentre as principais alterações provocadas ao meio ambiente (Resolução Conama 01/86 e 06/87; Lei 6.938/81) está à mudança da paisagem natural, a perda do solo fértil do barranco para cultivo da agricultura familiar, ao represamento de igarapés, perda de velocidade das águas que causa assoreamento do rio, a beleza natural relativa as corredeiras do rio que irão desaparecer, dentre outros fatores que alteram as características regionais.

A maioria dos empregos gerados pelo empreendimento corresponde somente ao período de execução das obras de construção da obra. Quando o trabalho de base for sendo encerrado, deixará uma grande lacuna na oferta de postos de trabalho que pode gerar conflitos sociais (Cardoso e Muller, 1978, Sen, 2013). Na fase áurea da oferta de trabalho na UHE, chegou-se a oferecer cerca de 14.000 postos de trabalho e, conforme relatado no relatório de sustentabilidade da Cemig de 2014, atualmente a usina emprega 457 pessoas.

Os entrevistados relatam que as mudanças percebidas após a instalação do empreendimento não estão sendo corretamente mensuradas, embora a empresa tenha programas de monitoramento e busque, de certa forma, demonstrar que as populações (Munasinghe, 1993) estão sendo compensadas (SAESA, 2015) pelas alterações promovidas na região. Tais programas vêm apenas atestar a incapacidade de compensação por parte do empreendimento de algo que a natureza levou séculos para formar e que certas alterações de ordem ambiental (Resolução Conama 01/86 e 06/87; Lei 6.938/81) são impossíveis de serem solucionadas assim como os reais efeitos sobre a mudança na qualidade de vida (Cardoso e Muller, 1978; Sen, 2013) das pessoas da região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi verificar a opinião dos moradores da Vila de Teotônio sobre os principais programas declarados pelo consórcio SAESA para atendimento a proposta sustentável da UHE de Santo Antônio. Demonstrou-se que as ações socioambientais orientadas de acordo com as políticas públicas na UHE podem ser consideradas como elementos satisfatórios a boa imagem da empresa no que se refere a compensação parcial dos impactos gerados na região.

Os relatórios de sustentabilidade e as informações declaradas pelo consórcio SAESA permitem verificar que existe um comprometimento das empresas com as causas sociais e ambientais. As empresas buscam utilizar uma abordagem consciente de forma a evidenciar padrões, atender as políticas públicas e prestar contas, com base em afirmações próprias, sobre os resultados necessários a evidenciação de suas ações.

Por sua vez, com base nas entrevistas realizadas com os moradores da Vila de Teotônio ou que se deslocaram para outras localidades após o início da construção do empreendimento, percebe-se uma forte insatisfação com os programas desenvolvidos na região pelo fato de não atenderem totalmente aos seus propósitos. Destaca-se que os entrevistados reconhecem as ações que foram implementadas na região, porém indicam que existem certos impactos não são possíveis de serem compensados e as empresas não os divulgam, embora reconheçam que, frente a outros projetos, os impactos pareçam ser menores.

Na opinião dos entrevistados, é necessário que sejam feitas avaliações entre o que se é apresentado e o que realmente está ocorrendo para que seja possível atestar o alcance dos programas, principalmente pelo fato dos mesmos terem sido implementados em outras diversas localidades, deixando de atender os principais impactados que são as pessoas que

vivem diretamente os efeitos das mudanças locais. Através da credibilidade nas informações tornam-se possíveis a ampliação e desenvolvimento de novas estratégias que visem melhorar os resultados em todas as áreas.

O tema relacionado a sustentabilidade em pequenas comunidades necessita de técnicas e de empenho empresarial que permitam de fato sua ocorrência. A motivação econômica deve ser analisada juntamente com às políticas de controle das complexas questões sociais e ambientais como forma de buscar melhorar o padrão de vida das pessoas e proteger o meio ambiente.

Conclui-se que somente a partir da inter-relação entre os interesses empresariais, as políticas de controle dos impactos causados aos agentes sociais e ambientais e o *feedback* das pessoas que vivenciem as práticas desenvolvidas pelas organizações é que se pode almejar alcançar o tão discutido e necessário desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Atlas de Energia Elétrica do Brasil**. Editora Brasília: Anel,2008.

BARONI. M. **Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 32. n. 2, p. 26 – 32, abr./jun. 1992.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BM&FBOVESPA. **O valor do ISE: principais estudos e a perspectiva dos investidores**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/O-Valor-do-ISE.pdf>>. Acesso em 20/08/2015

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em 04/07/2015.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. São Paulo: Editora 34, 2003.

CAMPOS, Edval B. C. **Política Social e Cidadania**, in: Anais do 3º Congresso de Assistência Social da Amazônia. Belém, 2001.

CARDOSO, F. H; MULLER. G. **Amazônia: Expansão do Capitalismo**. 2ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CIEGIS, R. **Laws of Thermodynamics and Sustainability of Economics, Inzinerine Ekonomika-Engineering Economics**, vol. 2, pp. 15-22, 2008.

COSTANZA, R; DALY, H. E. **Natural Capital and Sustainable Development**. Conservation Biology, vol. 6, n. 1, pp.37-46, 1992.

FEARNSIDE, P. M. (2014) **Análisis de los Principales Proyectos Hidro-Energéticos en la Región Amazónica**. Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR), Centro Latinoamericano de Ecología Social (CLAES), & Panel Internacional de Ambiente y Energia en la Amazonia, Lima, Peru, 55 pp.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. **Sustainability Reporting Guidelines**. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/reporting/g4/Pages/default.aspx>>. Acesso em 03/07/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em 04/07/2014.

KROETZ, C. E. S. **Balanco social**: teoria e prática. São Paulo, Atlas, 2000.

LA PORTA, R.; LOPEZ-DE-SILANES, F; SHLEIFER, A. *Corporate Ownership Around the World*. The journal of finance, vol. LIV, n. 2, Abril/1999

MUNASINGHE, M. *Environmental Economics and Biodiversity Management in Developing Countries*. Ambio, vol. 22, pp. 126-135, 1993.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. Principles of Corporate Governance, Paris, 1999.

RADERMACHER, W. *Indicators, Green Accounting and Environment Statistics-Information Requirements for Sustainable Development*. International Statistics Review, vol. 67, pp. 339-354, 1999

RESOLUÇÃO CONAMA N° 001, de 23 de janeiro de 1986. <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em 26/06/2015.

RESOLUÇÃO CONAMA N.º 006 de 16 de Setembro de 1987. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res87/res0687.html>>. Acesso em 26/06/2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

ROBERT, K. W.; PARRIS, T. M; LEISEROWITZ, A. A. *What is Sustainable Development? Goals, Indicators, Values, and Practice*. Environment: Science and Policy for Sustainable Development, vol. 47, n. 3, pp. 8-21, 2012.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: Incluyente, Sustentável, Sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S. A - SAESA. **Responsabilidade Socioambiental**. Disponível em: <<http://www.santoantonioenergia.com.br/desenvolvimento/dev-1/>>. Acesso em 05/07/2015.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K. *The triple bottom line: how today's best-run companies are achieving economic, social and environmental success – and how you can too*. 2 ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2006.

SEN, Amartya. *The End of the Means of Sustainability*. Journal of Human Development and Capabilities: A Multi-Disciplinary Journal for People-Centered Development. Vol. 14, No. 1, 2013, pp. 6–20.

SILVEIRA, A. D. M.; BARROS, L. A. B. C.; FAMÁ, R. **Determinantes do Nível de Governança Corporativa das Companhias Abertas Brasileiras**. In: Semead, USP, São Paulo, Anais... VII Semead, São Paulo, 2004. CD-RDW.

VAN DIJK, T. A. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1996.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.